

■ DORA KRAMER

Nada a preservar

Ao tentar impedir que o PMDB e o PSDB tomem uma posição pública e oficial a favor da cassação do mandato do senador Antonio Carlos Magalhães, o PFL argumenta que a discrição no caso é fundamental para preservar a aliança partidária que sustenta o governo Fernando Henrique Cardoso. Seria até um argumento razoável, caso não batesse de frente com a realidade que indica: não há mais nada a preservar.

A aliança, tal como foi concebida em 1994 e convalidada em 1998, não existe mais. Se suas lideranças mais destacadas, Fernando Henrique, Jader Barbalho e Antonio Carlos Magalhães, não têm hoje condições de se reunir para jantar, muito menos podem sentar à mesa de trabalho e fazer acertos para governar. Trata-se, portanto, de um modelo falido.

Na virada do primeiro para o segundo mandato, Mário Covas decretava o fim da aliança. Poder-se-ia dizer que o governador de São Paulo era um rebelde, desde sempre crítico do acordo de centro-direita avalizado por FH. Mas agora quem anda, em artigos e entrevistas, a defender a mesma tese é um amigo e constante interlocutor do presidente, o filósofo José Artur Gianotti.

Não apenas ele, mas alguns outros colegas de academia que mantêm boas e constantes relações com Fernando Henrique também são partidários dessa idéia que, no ambiente político, já evoluiu da abstração para a condição de fato inquestionável. Isso não serve como prova, mas pode ser usado como indicativo de que o próprio presidente compartilhe dessa visão.

O PFL faz apenas um movimento partidário quando recorre à alegação de que os parceiros não podem se dispersar. Ora, dispersos já estão, pois o amálgama da união, Fernando Henrique, não representa mais expectativa de poder.

Enquanto for poder, ele ainda será o pólo de atração. Isso é óbvio. Só não se pode é confundir os motivos que mantêm vivos resquícios de unidade de ação entre os três parceiros. Não será qualquer apelo aliancista que impedirá tucanos e pemedebistas de fazer da cassação de ACM uma profissão de fé.

Se recuarem – o PSDB decidiria isso ontem em convenção, o PMDB promete decidir terça-feira – será por conveniências governamentais, uma delas, talvez o interesse de manter a tropa unida contra a CPI da Corrupção no Senado.

Embora cientes de que nada os une tudo os separa, PMDB, PFL e PSDB sabem também que a carnificina fraticida tem limite. Mas ninguém está verdadeiramente preocupado com a preservação de relações no futuro, porque o problema mesmo é encontrar a melhor maneira de sobreviver ao presente.

Curso natural

Primeiro-secretário da Mesa do Senado, o senador Carlos Wilson não esconde de ninguém: escolhido relator do pedido de abertura do processo de cassação dos mandatos de Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, nada fará para desviar o curso natural dos acontecimentos. Apoiará o relatório de Saturnino Braga, concluindo pela quebra do decoro parlamentar.

“Não tenho vocação para tripudiar, mas não tenho também como fugir do relatório”, diz Carlos Wilson, amigo de ACM, mas dos primeiros a considerar – ainda na fase inicial do episódio – que a violação do painel eletrônico era caso para cassação.

Foi ele quem abriu o inquérito para apurar a violação tão logo a *IstoÉ* publicou a conversa de Antonio Carlos com os procuradores, revelando o voto da senadora Heloísa Helena. Todas as questões internas do Senado são da alçada da Primeira-Secretaria e é por isso que Carlos Wilson deverá ser mesmo designado relator.

Como presidente, Jader Barbalho pode tomar decisão diferente, mas, ainda que resolva por algum motivo escolher outro nome, dificilmente o roteiro poderia fugir do previsto.

“Seria um absurdo a Mesa ignorar o trabalho do Conselho de Ética, inclusive porque foi ele quem fez a investigação”, considera. Carlos Wilson têm ouvido de aliados de ACM que a Mesa poderá arquivar o caso, mas trata de esclarecer que isso é uma impossibilidade.

“Não vou nem examinar o mérito”, adianta. Assim que o conselho votar, na próxima quarta-feira, não levará mais de 24 horas para devolver o processo que de lá segue para a Comissão de Constituição e Justiça. Aprovado nos aspectos legais, vai a plenário.

Causa própria

Ao indicar que não pretende se valer do direito de votar no Conselho de Ética, em causa própria, o senador José Roberto Arruda exhibe o bom senso que tem faltado a seus advogados.

Eles o aconselham a votar. Argumentam que poderá ser a salvação, caso a decisão fique na dependência de um voto.

Os ilustres apenas se esquecem de que assim Arruda pode até ganhar a causa, mas perde de vez a reputação e a possibilidade de uma convivência sequer próxima do razoável com os colegas de Senado. Sem contar que, ainda uma vez, arquivaria princípios de conduta para prestar um favor a Antonio Carlos.